

# TJMG

I N F O R M A T I V O

## A vida itinerante dos juízes

Quem abraça a carreira da magistratura tem diante de si uma contingência: poderá viver, a partir da posse, uma vida nômade... É que fazem parte da forma como a carreira se delinea as progressões, remoções ou convocações para diferentes comarcas, o que exige mudanças frequentes de cidade. Há magistrados que, durante a trajetória como juízes, percorrem o mapa de Minas de ponta a ponta. Algo que torna o ofício de juiz mais desafiante e, ao mesmo tempo, mais rico em experiências, em chegadas e em partidas.

Páginas 4 e 5

Marcelo Albert

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – ABRIL – 2014  
ANO 20 – NÚMERO 192



# Magistratura impõe mudanças frequentes

Chegadas e partidas fazem parte da vida de quem decide seguir a carreira da magistratura. Progressões, remoções e convocações pautam a trajetória dos juízes, exigindo, muitas vezes, mudanças frequentes de comarca. Assim que toma posse, o novo juiz deixa para trás o familiar e parte rumo ao desconhecido. As mudanças exigem adaptação a uma nova realidade e impõem os seus transtornos, mas tornam o ofício ainda mais rico e desafiante.

Esta edição traz matéria na qual três magistrados relatam como lidaram com essas mudanças, revelando uma das faces dessa carreira. Juntos, os entrevistados atuaram em nada menos que 18 comarcas.

O projeto Ler Liberta, criado pela Apac de Passos, em parceria com a Vara de Execução Penal da comarca, é tema de outra matéria desta edição. Inspirado em projetos existentes em penitenciárias federais, o Ler Liberta propõe uma redução da pena, por meio da leitura: a cada livro lido e resenhado o recuperando tem direito a quatro dias de remissão da pena.

Conheça também o projeto TJMG e Prefeituras: Parceria para a Gestão Fiscal Eficiente, que visa a buscar alternativas para reduzir a distribuição de processos de execução fiscal cujos custos sejam superiores ao valor dos créditos

executados. O objetivo é otimizar a utilização dos recursos públicos, trazendo benefícios para a sociedade, para as prefeituras e para o Judiciário.

Ainda nesta edição, leia entrevista com o desembargador Wanderley Paiva, presidente do Centro de Segurança Institucional (Cesi) do TJMG, setor responsável pela segurança de magistrados, servidores, patrimônio e informações do Poder Judiciário mineiro. O desembargador conta sobre o trabalho que realiza à frente do Cesi e sobre a recente instalação do Centro de Monitoramento de Segurança, em funcionamento no Fórum Lafayette.

Nossa página de Turismo traz reportagem sobre Ouro Preto, a cidade emblemática dos mineiros, com seu casario, suas igrejas e suas ruas e becos impregnados de história. Ouro Preto possui uma das mais tradicionais celebrações da Semana Santa de todo o país, com suas procissões, missas e tapetes de serragem no calçamento de pedra, que atraem turistas de todo o mundo. Para quem não vivenciou ainda essa experiência cultural e religiosa, o feriado que se aproxima é uma ótima oportunidade.

Boa leitura!

## TJ recebe ministros Cármem Lúcia e Joaquim Barbosa



A ministra Cármem Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Herculano Rodrigues, em 14 de março último, para tratar do encontro de presidentes das Cortes Constitucionais, que ocorrerá em Ouro Preto em 5 e 6 de maio. O TJ apoiará o evento, desenvolvido pela Subcomissão para a América Latina da Comissão de Veneza.

No dia 17 de março, foi a vez de o TJMG receber a visita do ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF. Representando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também preside, ele assinou termo de cooperação técnica entre o órgão e o TJMG, com a proposta de conjugar esforços para o desenvolvimento do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).



Marcelo Albert

### Tribunal de Justiça de Minas Gerais

#### Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

#### 1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

#### 2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

#### 3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

#### Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

#### Ouidor:

Desembargador Doorgal Andrada

#### Expediente

#### Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna

#### Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

#### Coordenadora de Imprensa:

Letícia Lima

#### Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

#### Revisora:

Patrícia Limongi

#### Design Gráfico:

Cristina Baía Marinho

#### Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

#### Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

#### Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

#### Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

#### Tiragem:

3 mil exemplares

#### Portal TJMG:

[www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)

# TJMG aposta na melhoria da execução fiscal



Valéria Queiroga

■ A juíza auxiliar da Corregedoria Andréa de Miranda Costa explica que a parceria é amparada pela Lei de Responsabilidade Fiscal

## Vanderleia Rosa

Um cidadão tem uma dívida ativa para com um município mineiro de R\$ 1 mil. Os custos para fazer essa cobrança judicialmente ficam em torno de R\$ 2,5 mil. Essa matemática, que foge a qualquer regra de economia e, no entanto, faz parte da realidade de muitas cidades, tem mobilizado Judiciário e municípios na busca de alternativas para uma cobrança mais racional.

Em Minas Gerais, cerca de 600 mil ações de execução fiscal municipal estão em andamento. A maioria refere-se à cobrança de tributos, como o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e a multas aplicadas pelos municípios. O detalhe é que, muitas vezes, o valor desses créditos é menor que os custos gerados com um processo de cobrança, o que onera prefeituras e Judiciário. Conforme explicou a juíza auxiliar da Corregedoria Andréa Cristina de Miranda Costa, a cobrança judicial de todas as dívidas dessa natureza eleva consideravelmente o número de ações em andamento nas comarcas, o que propicia um atraso generalizado na prestação jurisdicional e afeta todos os cidadãos que buscam amparo na Justiça. Além disso, causa prejuízo ao erário.

Diante desse panorama e com a proposta de buscar mecanismos para reduzir a distribuição de processos de execução fiscal, o Tribunal de Justiça de

Minas Gerais (TJMG) instituiu na Justiça de Primeira Instância o Projeto TJMG e Prefeituras: Parceria para a Gestão Fiscal Eficiente. O amparo legal para essa medida inovadora, informou a juíza Andréa Miranda, está na Lei de Responsabilidade Fiscal, que permite que os créditos de valor inferior aos custos para a respectiva cobrança possam ser cancelados, sem que isso configure renúncia de receitas tributárias para os fins da lei fiscal.

## Esforço conjunto

O projeto busca, por meio de uma união de esforços, aprimorar a utilização dos recursos públicos, trazendo benefícios para a sociedade, para os municípios e para o Judiciário. Estudos mostram que o custo médio de cada ação em 2013 foi de R\$ 2.263, segundo critério adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Das 601.152 execuções fiscais municipais em andamento no Estado, 426 mil objetivam o recebimento de valores inferiores a R\$ 2,5 mil.

De acordo com a juíza Andréa Miranda, o administrador público poderá lançar mão de outras formas de cobrança, como a administrativa, o protesto extrajudicial e a disponibilização das informações para entidades de proteção ao crédito.

Na opinião da juíza da 6ª Vara dos Feitos da Fazenda Municipal da comarca de Belo Horizonte, Luzia Divina de Paula Peixoto, os resultados dessa parce-

ria já podem ser notados. A magistrada informou que, desde a edição do Decreto Municipal 15.304, de agosto de 2013, cerca de seis mil ações cujas cobranças eram iguais ou inferiores a R\$ 5 mil foram baixadas na 6ª Vara da Fazenda Municipal. A magistrada explicou que o município tem buscado formas para cobrar essas dívidas pela via administrativa. Além das ações que foram baixadas, muitas outras deixaram de ser ajuizadas. Nas seis varas da Fazenda Municipal, houve uma redução de cerca de 25 mil executivos fiscais após a edição do decreto.

Além de Belo Horizonte, outras comarcas têm buscado maneiras de lidar com esse cenário. É o caso de Santa Luzia, que, conforme a juíza Andréa Miranda, deixou de ajuizar novas ações desde o final de 2013. A expectativa é que, em breve, as execuções fiscais com valor inferior a R\$ 4 mil sejam extintas, o que geraria a redução no acervo de cerca de 33 mil executivos fiscais. Há ainda comarcas com acervo de execuções fiscais zerado, que pretendem, por meio do projeto, manter esse índice.

Para divulgar o projeto, o TJMG está produzindo uma cartilha explicativa, cujo conteúdo foi apresentado aos gestores do Tribunal de Justiça pelo consultor Jair Santana. No encontro, o consultor enfatizou os benefícios da iniciativa, entre eles a redução do número de processos nos fóruns, a economia nos custos de cobrança, o acréscimo das receitas locais e a eficiência na gestão fiscal.

# Juízes levam vida nômade, rica em chegadas

Daniele Hostalácio

Uma estação repleta de gente simples aguardando entusiasmada a chegada do trem, que trará um ilustre passageiro. Do vagão, desce um rapaz ou uma moça, com um livro de direito na mão, uma mala na outra e, na cabeça, o ideal de fazer justiça. Esse poderia ser o retrato romântico

da chegada de um juiz a uma pequena cidade esquecida no mapa, para onde foi enviado, após aprovação em concurso para a magistratura. Passam-se os meses e o trem parte de novo, levando o juiz para outra localidade. A trajetória como magistrado segue, impondo-lhe uma vida cigana

– rica em experiências, em chegadas e em partidas.

Os tempos são outros, mas a vida itinerante ainda é uma realidade para grande parte daqueles que abraçam a magistratura. As mudanças de cidades – às vezes mais, às vezes menos frequentes – fazem parte da forma como a carreira se delinea. Tudo pode começar em qualquer ponto do mapa de Minas e terminar na outra ponta ou na capital, o que torna o ofício mais desafiante e, ao mesmo tempo, enriquece a vivência de ser juiz.

“Não foi uma mudança drástica, porque eu já morava no interior. Mas senti, no início, a solidão de estar longe da família. A vida do magistrado, em cidades pequenas, às vezes é muito solitária”, observa a juíza Elaine de Campos Freitas, da 1ª Vara Cível da comarca de Ouro Preto, sobre sua chegada a Brasília de Minas (região Norte), primeiro destino dela como magistrada, quando tomou posse, em 2008. A cidade estava a 600km de onde viviam seus familiares. Convicta de que, como juíza, deveria levar uma vida mais reservada, ela se viu só, encontrando nos servidores da comarca a possibilidade de criar os primeiros laços afetivos.

Ao lado do sentimento de estar sozinha, houve o impacto de se deparar com a pobreza material e a riqueza cultural da região. “Uma coisa é ouvir falar daquela realidade, outra é ver de perto tudo aquilo”, ressaltou. De lá, a juíza se mudou para Governador Valadares e depois João Monlevade. Foram três mudanças, em um ano e meio. A chegada a Ouro Preto aconteceu em abril de 2013, depois de três anos e meio em Paraopeba. “Cada localidade tem as suas peculiaridades, e isso amplia nossa visão de mundo, porque no nosso trabalho precisamos

ouvir todas as partes. Em contato com diferentes culturas e realidades, abrimos um leque de pensamentos, que só essas vivências proporcionam”, avalia.

## Figura emblemática

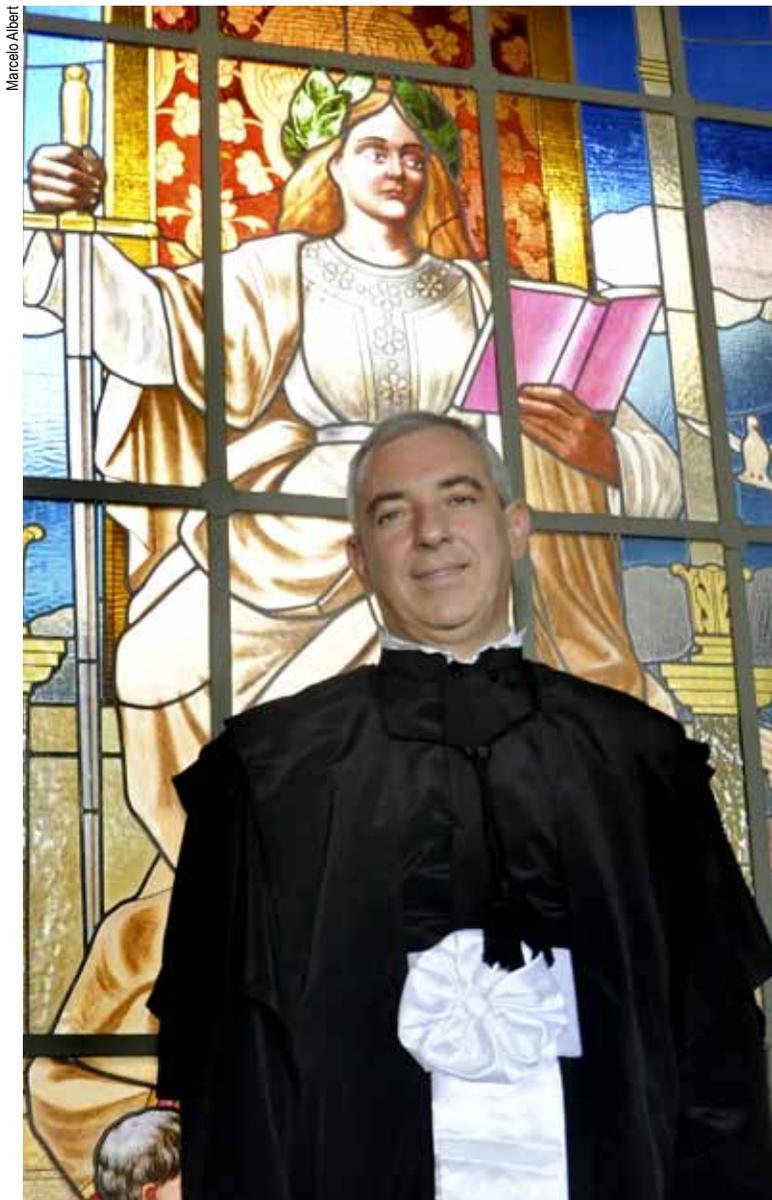
A desembargadora Maria Aparecida de Oliveira Grossi Andrade também reconhece na solidão uma das dificuldades que enfrentou, tão logo entrou para a magistratura, em 1989. “Há 25 anos, essa era uma experiência difícil. Não havia telefonia celular e internet, como hoje, quando

”

**Senti, no início, a solidão de estar longe da família. A vida do juiz, em cidades pequenas, às vezes é muito solitária**

“

tudo é *online*. Mudávamos para uma cidade onde não conhecíamos ninguém e enfrentávamos a dificuldade para nos comunicar com amigos e familiares”, lembra. Antes de tomar posse como desembargadora, em fevereiro deste ano, ela morou em cinco cidades diferentes, em função da carreira: Nova Era, São Domin-



Marcelo Albert

A vida em várias cidades proporcionou ao desembargador Octávio Boccalini muitas lembranças

# as e em partidas

gos do Prata, Coronel Fabriciano, Mesquita e Ipatinga.

Hoje, acredita, os desafios de estar longe dos entes queridos é minimizado pelos novos recursos da tecnologia. No entanto, a desembargadora avalia que a magistratura, ainda na atualidade, e em localidades menores, impõe ao juiz certa perda de liberdade. “É esperado do juiz um comportamento exemplar, porque ele é um paradigma. Nas cidades pequenas, ele é alvo de comentários e é muito observado. Assim, o juiz enfrenta o desafio de deixar suas raízes, mas não pode se expor muito, por causa da posição que ocupa. Por isso, a sua solidão”, avalia a desembargadora.

Mas é também nas pequenas cidades que a figura emblemática do juiz mais inspira respeito, tornando a chegada a cada novo destino quase sempre acolhedora. “As pessoas tratam os magistrados muito bem, não só porque exercemos poder, mas porque elas depositam em nós confiança e esperança de justiça”, afirma a desembargadora. A juíza Elaine também tem esse sentimento e acredita que isso ameniza o desconforto emocional das mudanças: “Em cada comarca a que cheguei, as pessoas foram sempre muito afetivas e calorosas”, diz.

## De corpo e alma

A sensação de acolhimento foi uma das experiências iniciais do desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccalini, nascido em São Paulo, quando ele chegou à primeira comarca em que atuou, Silvanópolis (Sul de Minas), em 1993. “Naquele tempo, os mapas não eram precisos e tomamos, ao invés da via asfaltada, uma interminável estrada de terra. Fomos chacoalhando, até terminarem os postes de luz e além, à beira

de um lago manso, quando nos deparamos com um cavaleiro a galope: chapéu, botas, sobre a sela de seu cavalo. A única viv’alma”, recorda-se. Perguntou onde era Silvanópolis e ouviu como resposta: “É aqui mesmo. O senhor é o novo juiz? Estávamos esperando o senhor. João Batista, a seu dispor; sou o oficial de justiça”.

Era apenas o início de uma longa caminhada na carreira, que o levaria a diferentes paisagens mineiras. Atuou nas comarcas de Silvanópolis, Pouso Alegre, São Gonçalo do Sapucaí, João Pinheiro, Espinosa, Monte Azul, Itajubá e Belo Horizonte, até se tornar desembargador em fevereiro passado. “Decidi vir para Minas de corpo e alma para trilhar minha carreira na magistratura e formar minha nova família. Vim recém-casado e hoje somos quatro mineiros, os primeiros de coração, os outros dois de nascimento”, revela. A família original não ficou para trás. “Sempre estive comigo, desde o dia de minha posse e no dia seguinte, quando partimos em carreta de Belo Horizonte até Silvanópolis”, ressalta.

Apesar das mudanças e dos eventuais transtornos que isso trouxe – troca de escolas dos filhos, busca de moradia, despedidas –, o desembargador foi também colecionando ao longo da jornada muitas lembranças, “as mais emocionadas e ternas”. Do cavaleiro na empoeirada estrada de terra, perdida no tempo, ficou, além da recordação daquele dia, uma inabalável amizade. “Tive a honra de receber há poucos dias o filho desse grande amigo, que veio à capital para um fraterno abraço por ocasião de minha posse no Egrégio TJMG”, conta. Na mala, hoje ele leva também “fraternas amizades, justiça compartilhada, vida bem vivida e toda a felicidade de ter tomado a decisão certa: escolher Minas como lar”.



Antônio Campanella

Há um ano em Ouro Preto, a juíza Elaine de Freitas atuou antes em quatro comarcas



Marcelo Albert

Antes da posse como desembargadora, Aparecida Grossi morou em cinco cidades

# Em prol da segurança do Poder Judiciário

Soraia Costa

Com uma longa trajetória no campo do direito, o desembargador Wanderley Paiva já trabalhou em cartórios do Poder Judiciário, inclusive como escrevente e escrivão, foi advogado, delegado, professor em colégio, universidades e cursos livres. Em sua trajetória como juiz, atuou nas comarcas de Ribeirão das Neves, Nanuque, Barbacena, Contagem e Belo Horizonte. Foi ainda juiz corregedor, diretor do Foro da capital, juiz eleitoral e juiz do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD), até que em maio de 2010 tornou-se desembargador. Em 2007, o magistrado concluiu o curso de comunicação social – jornalismo. Atualmente, ele integra a 11ª Câmara Cível e preside o Centro de Segurança Institucional (Cesi) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

**TJMG Informativo – O Cesi é responsável pela segurança de magistrados, servidores, patrimônio e informações do Poder Judiciário mineiro. Como é o trabalho que o centro desenvolve?**

**Desembargador Wanderley Paiva** – Temos 18 policiais militares, um delegado e um agente da Polícia Civil e, mais recentemente, incluímos os bombeiros militares para um trabalho mais amplo de segurança. O delegado e o agente fazem o acompanhamento dos

zemos a escolta dele 24 horas por dia. A atuação dos bombeiros é no sentido de garantir a segurança dos magistrados, dos servidores, dos advogados e das partes que transitam nos prédios do TJMG, além da segurança dos nossos arquivos. Os bombeiros visitam os prédios frequentemente para verificar a segurança e fazem palestras de orientação na capital e no interior. Formar brigadas de incêndio está entre as nossas metas. O nosso centro de segurança está funcionando tão bem que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) difundiu a nossa resolução de criação do centro em todos os Estados, para que sigam a referência de Minas.

**Em quais condições os juízes são ameaçados?**

Geralmente são presidiários, insatisfeitos com a condenação, que fazem ameaças por carta aos juízes. Quando isso ocorre, transferimos o preso da penitenciária para que ele fique distante do juiz – esse trabalho é feito em conjunto com a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds). Um magistrado ameaçado rende menos no trabalho, e o transtorno psicológico afeta a família dele. Já tivemos caso de a polícia ter de acompanhar os filhos de um juiz ao colégio. Nós temos de dar essa cobertura aos magistrados e funcionários para a tranquilidade da prestação jurisdicional eficaz.

**O TJMG instalou recentemente o Centro de Monitoramento de Segurança. O senhor poderia explicar como ele funciona?**

A central, com várias telas interligadas às comarcas, está funcionando 24 horas por dia no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. Atualmente, temos sete comarcas monitoradas com câmeras localizadas nas entradas dos fóruns. São elas: Bicas, Conselheiro Lafaiete, Lambari, Leopoldina, Muriaé, Poço Fundo e Santa Luzia. Já licitamos o aparelhamento para outras 99 comarcas. Até junho, vamos implementar o monitoramento em mais 20 comarcas e, até o final do ano, serão 106 comarcas nos seus 139 prédios. A intenção é controlar, com o apoio de câmeras, o acesso aos fóruns em todos os prédios das 296 comarcas do Estado.

**Quais são as conquistas do Cesi?**

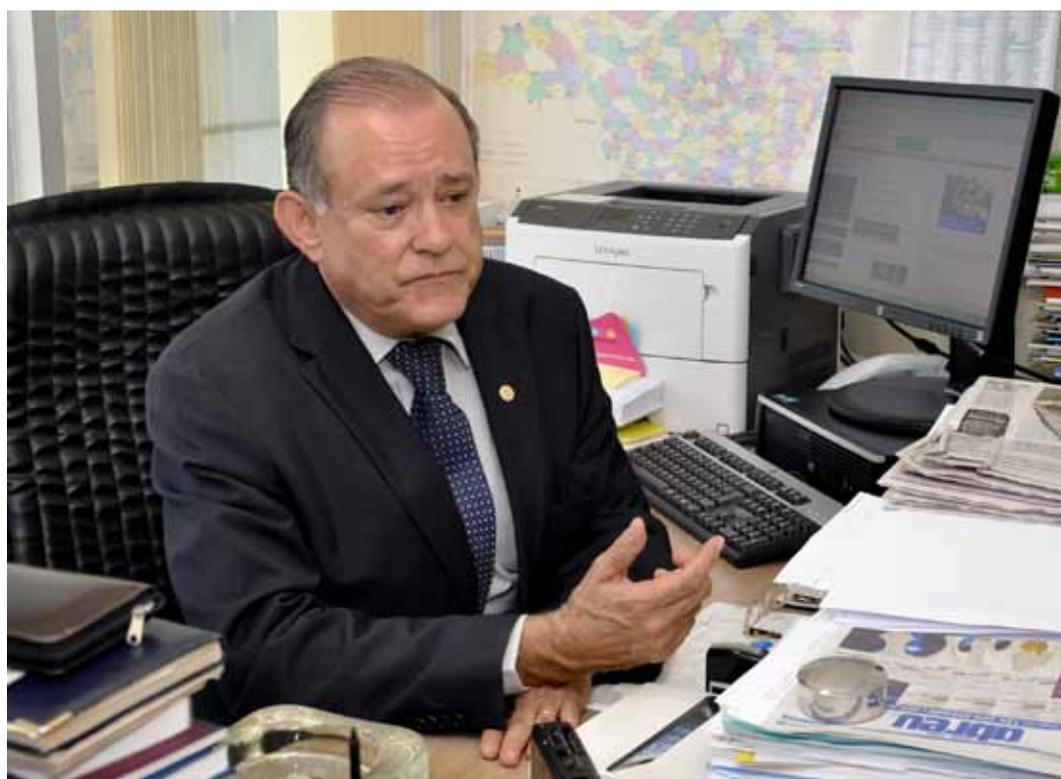
A média de ameaças a magistrados já foi bem maior: já chegamos a ter 12 juízes correndo sérios riscos de segurança, sendo cinco deles com escolta. Hoje, estamos com apenas dois juízes com escolta 24 horas por dia. Nos casos de problemas de segurança com servidores, que geralmente não são graves, também fazemos o acompanhamento. As câmeras e os detectores de metal nas portarias dos prédios inibem ações que poderiam levar ao desaparecimento de processos e de objetos. A presença das Polícias Militar e Civil também desencoraja vários tipos de delitos e garante a segurança das pessoas que transitam nos prédios do Poder Judiciário.



O nosso centro de segurança está funcionando tão bem que o CNJ difundiu a nossa resolução de criação do centro em todos os Estados



inquéritos de ameaças até que cheguem à Justiça. Quando um juiz é ameaçado, deslocamos uma equipe da capital para a comarca a fim de fazer o acompanhamento da ameaça que envolve o magistrado, com os policiais da cidade; se o caso for realmente grave, fa-



Marcelo Albert

O desembargador Wanderley Salgado de Paiva é o atual presidente do Centro de Segurança Institucional (Cesi) do TJMG

# Projeto em Apac troca leitura de livros pela liberdade

Daniele Hostalácio

“Ai, Viramundo de minha vida, que vira Minas pelo avesso sem revelar aos meus olhos o mais impenetrável mistério (...) Este ser engasgado, contido, subjugado pela ordem iníqua dos racionais é o verdadeiro fulcro da minha verdadeira natureza, o cerne da minha condição de homem, herói e pobre diabo, pária, negro, judeu, índio, cigano, santo, poeta, mendigo e débil mental. Viramundo! que um dia há de rebelar-se dentro de mim, enfim liberto, poderoso na sua fragilidade, terrível na pureza de sua loucura.”

O leitor Reginaldo Lacerda termina a leitura desse trecho de “O Grande Mentecapto”, do escritor Fernando Sabino. Fecha o livro e, impactado pelas palavras, percebe que por muito tempo esqueceu-se de onde estava. Durante alguns dias, tem peregrinado junto com o personagem central da obra por variados recantos de Minas; com ele, percorreu estradas, conheceu gente de todo tipo e refletiu sobre seu destino. Mas não saiu do lugar, já que cumpre pena em regime fechado na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) de Passos, no Sul de Minas.

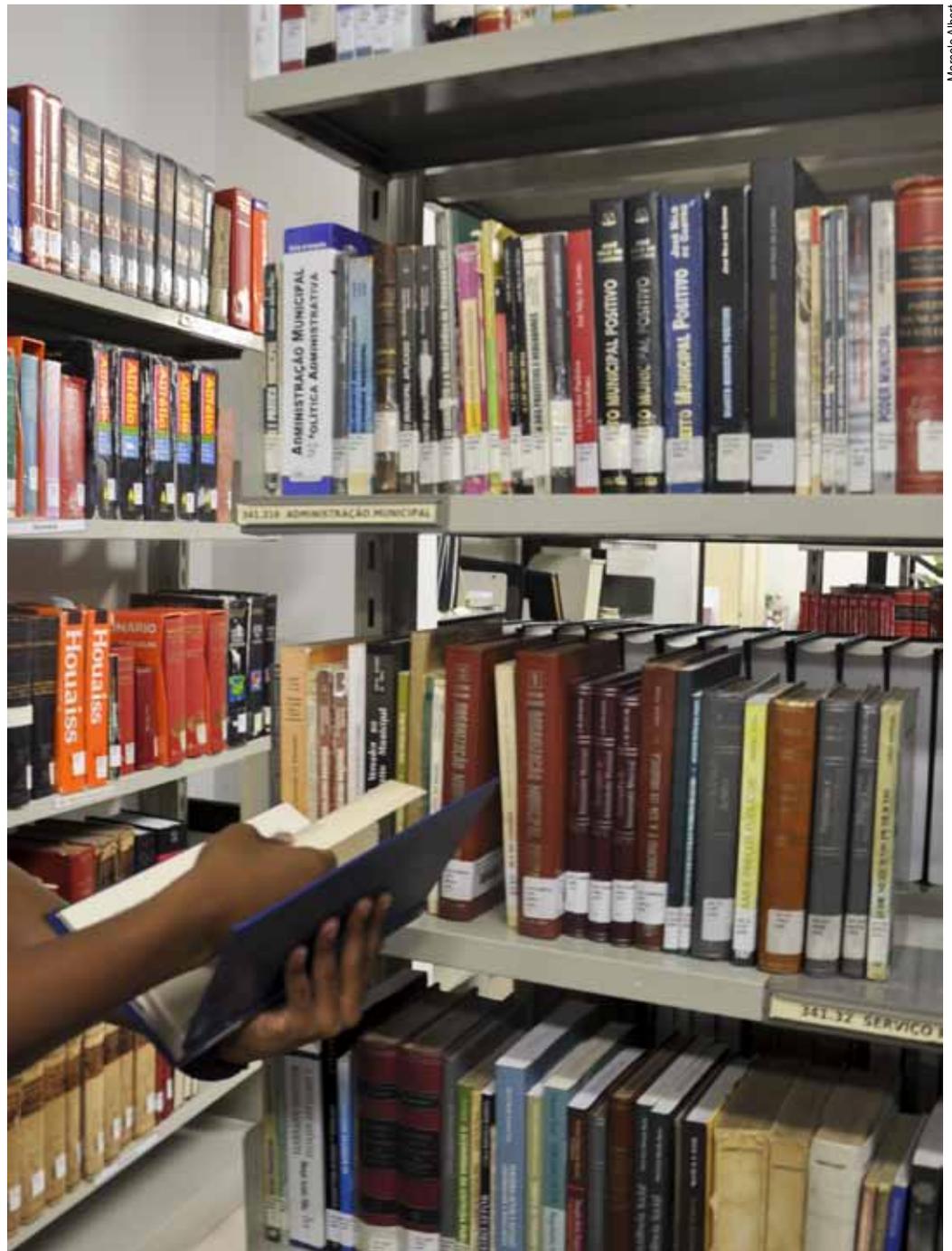
São momentos como esse que o projeto Ler Liberta, criado pela entidade em parceria com a Vara de Execução Penal da comarca, pretende proporcionar. O grande incentivo para a leitura é a conquista mais rápida da liberdade. Pelo projeto, a cada livro lido e resenhado, o recuperando tem direito a quatro dias de remissão da pena. Por ano, até 48 dias podem ser remidos por meio da leitura.

“Na maioria das vezes, os recuperandos não tiveram uma infância tranquila nem contato com a leitura; o projeto os estimula a ler, permitindo que transponham a história que estão lendo para a própria vida. Isso tira o foco do crime”, observa o juiz da 1ª Vara Criminal, de Precatórios Criminais e de Execução Penal da comarca, Arsênio Pinto Neto. Na visão dele, que abraçou a proposta da Apac de Passos, o livro ainda traz a vantagem de acalmar os presos, melhorando a convivência entre os internos.

O presidente da Apac de Passos, Roberto Junqueira, que se inspirou em projetos existentes em penitenciárias federais para criar o Ler Liberta, ressalta que a leitura abre para os recuperandos muitas possibilidades. “Eles descobrem que o mundo é muito maior do que aquele meio em que viviam. Além disso, a leitura desenvolve uma série de habilidades que serão importantes quando eles deixarem a prisão”, afirma. Inicialmente, apenas os que cumprem pena em regime fechado podem participar do projeto.

## Ler Liberta

O recuperando tem de 21 a 30 dias para ler o livro e produzir a resenha, que deve ser escrita respeitando certos critérios: originalidade, pertinência ao tema, estética adequada, entre outros. Uma comissão analisa o resultado, elabora uma avaliação e envia o material para o juiz da Vara de Execução



Por meio da leitura, recuperandos que cumprem pena em regime fechado, na Apac de Passos, refletem sobre a própria vida

Penal, que, atestando a qualidade do trabalho, autoriza a remissão.

Para melhor abrigar o projeto, a biblioteca da unidade está sendo reestruturada por uma voluntária, a jornalista Luciene Garcia, que sugere livros aos presos e os orienta na elaboração da resenha. Foi assim que chegou às mãos do recuperando Wilson Ventrice a autobiografia “Um Certo Capitão Neno: uma vitória sobre as drogas”, de Carlos César Arcolino. “Eu me

vejo dentro dessa história. Assim como o personagem, fiquei sozinho na vida ainda muito jovem e acabei me envolvendo com as drogas”, conta. Aos 39 anos, ele não se via lendo um livro, pois essa experiência não fez parte da infância dele. “O livro tem me feito pensar muito e abriu a minha mente”, conta.

O acervo da Apac de Passos tem cerca de 300 livros de literatura e filosofia. Doações de obras e voluntários para corrigir as resenhas são bem-vindos. Quem puder colaborar deve ligar para (35) 3526-7058.

# Ouro Preto em estado de graça

Patrícia Melillo

Em Ouro Preto, arte, religião e história são tão interligadas que é impossível dissociá-las. Quem visita a cidade durante as celebrações da Semana Santa vivencia uma das mais belas expressões da espiritualidade e da cultura do povo mineiro. Lá, o turista irá se encantar com a mobilização de toda a cidade para reviver a Paixão de Cristo.

Devido às características de sua formação, Ouro Preto possui duas igrejas matrizes, a basílica de Nossa Senhora do Pilar e o santuário de Nossa Senhora da Conceição, que se revezam na realização da Semana Santa. Esse fato gera certa rivalidade que só contribui para a beleza da festa, já que, a cada ano, uma tenta superar a outra na organização das festividades. Desta vez, a responsabilidade é da paróquia de Nossa Senhora do Pilar.

A preparação para a Semana Santa começa já na Quarta-Feira de Cinzas, quando os altares são cobertos por grossos panos, que escondem as imagens dos santos e as cruzes. Os objetos sacros só voltam a ser expostos no Sábado de Aleluia.

Fotos: Fernando Heibert



No Domingo de Páscoa, a procissão da Ressurreição de Jesus Cristo percorre o caminho dos tapetes coloridos pelas ruas da cidade



O trabalho de confecção dos tapetes de serragem é coordenado por profissionais da Fundação de Arte de Ouro Preto

Na Quinta-Feira Santa, à noite, é realizada a cerimônia do lava-pés, ritual que alude à humildade de Cristo. O padre, representando Jesus, lava os pés de doze pessoas da comunidade, que fazem as vezes dos apóstolos. Na Sexta-Feira da Paixão, acontece a emocionante procissão do enterro, com encenação no adro da igreja de São Francisco de Assis. Após o sermão, a imagem de Jesus é retirada da cruz e colocada no caixão, o que dá início à procissão, composta por sacerdotes e pessoas da comunidade e acompanhada por músicos, que tocam composições fúnebres. Nesse dia, não há missas nem toques de sinos, somente o som das matracas.

Na noite do sábado, as ruas da cidade se transformam. Os turistas podem se juntar aos moradores para confeccionar os tapetes coloridos que enfeitarão o caminho por onde passa a procissão da Ressurreição. O trabalho, realizado principalmente com serragem colorida, é coordenado por profissionais da Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop). A solidariedade dos moradores é preciosa para quem atravessa a madrugada na realização da tarefa. Para incentivar e dar ânimo aos artesãos, são servidos lanches, e músicos percorrem as ruas tocando seus instrumentos e cantando. O Domingo de Páscoa também é de festa. Ele começa com missa em celebração à Ressurreição de Jesus, seguida pela procissão que percorre o caminho dos tapetes de serragem. Os moradores demonstram a alegria da data, pendurando toalhas coloridas nas janelas e sacadas.

## Museu a céu aberto

Fora as festividades, o simples ato de caminhar pelas ruas da cidade pode ser uma experiência enriquecedora. Como em um museu a céu aberto, há placas que ajudam o turista a localizar casarões históricos e indicam personalidades que lá viveram.

Durante o feriado da Semana Santa, as igrejas e museus permanecem abertos para a visitação, assim como a Casa da Ópera, o mais antigo teatro em atividade nas Américas, inaugurado em 1770. Entre os museus destacam-se o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, o Museu da Inconfidência e a Casa dos Inconfidentes.

A cidade, que é considerada patrimônio da humanidade, oferece inúmeras opções de estadia e de restaurantes. A diversidade de pousadas e hotéis é tanta que o preço do pacote de três dias para a Semana Santa pode variar de R\$ 450 a R\$ 1,8 mil, por casal, com café da manhã. Também nos restaurantes os turistas encontram desde os pratos tradicionais da cozinha mineira como aqueles mais sofisticados da culinária internacional.

É bom lembrar que neste ano o feriado de Tiradentes cai na segunda-feira após o Domingo de Páscoa, o que significa mais um dia para aproveitar as várias opções de passeios interessantes, como conhecer os distritos de São Bartolomeu e Lavras Novas ou viajar de maria-fumaça para a cidade de Mariana. Confira no portal TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)), nos links Imprensa/TJMG Informativo, as matérias de turismo sobre Lavras Novas e sobre a maria-fumaça para Mariana, nas edições de agosto de 2013 e de julho de 2011, respectivamente.

Mais informações sobre os pontos turísticos assim como a programação completa da Semana Santa em Ouro Preto podem ser obtidas no site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto ([www.ouropreto.mg.gov.br](http://www.ouropreto.mg.gov.br)) e no portal [www.carnavalouropreto.com](http://www.carnavalouropreto.com). Partindo da rodoviária de Belo Horizonte, a viação Pássaro Verde tem ônibus de hora em hora para Ouro Preto, das 6h às 21h. A passagem custa R\$ 27,25. Boa viagem!